

Crenças dos pais, crenças dos filhos: o campo, o urbano e o preconceito linguístico

Parents' beliefs, sons' beliefs: the country, the urban and language prejudice

Maria do Socorro Vieira Coelho

Universidade Estadual de Montes Claros

soccoelho@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3732-467X>

Gilvan Mateus Soares

Universidade Estadual de Montes Claros

gilvanso@uol.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-2660-9290>

Resumo: Como uma das questões fundadoras da Sociolinguística, o estudo das crenças, das avaliações e das atitudes tem se tornado foco de interesse de diversas pesquisas que enfatizam a relevância de se discutirem os fatores intervenientes no surgimento de percepções que geram preconceitos e reações negativas sobre as variedades linguísticas e seus falantes. Com base nessas assertivas, objetivou-se, neste trabalho, discutir como alunos do Ensino Fundamental II, de escola pública em Minas Gerais, e seus responsáveis se percebem como usuários da língua portuguesa. Para tanto, a pesquisa se orientou pelos pressupostos da Sociolinguística Educacional, no entendimento de que a língua varia por influência de fatores internos e externos, considerando-se como categorias o informante, a classe social, o espaço geográfico, a situação de comunicação, o grau de formalidade, a fala ou a escrita. Aplicaram-se questionários, avaliaram-se percepções linguísticas de alunos e procedeu-se à sua correlação com as dos seus responsáveis, tendo em mente a origem do informante (o campo ou o ambiente urbano) e a relação entre a percepção do responsável e a do aluno/filho sobre a língua. Concluiu-se da pesquisa que as crenças dos responsáveis (pais/família) influenciam diretamente as percepções dos alunos/filhos em relação à língua que usam cotidianamente. Baseado no exposto anteriormente, este estudo sugere uma proposta de intervenção pedagógica destinada a um melhor ensino do Português.

Palavras-chaves: Língua portuguesa. Variação linguística. Crenças e atitudes. Ensino.

Abstract: As one of the founding bases of Sociolinguistics, the study of beliefs, evaluation and attitudes has become the core of various researches emphasizing the relevance of discussing factors intervening in the emergence of perceptions which generate prejudice and negative reactions about linguistic variations and their speakers. Based upon such assumptions, this study aimed at arguing how Fundamental II students of public schools in Minas Gerais and their responsables (parents, family) perceive themselves as Portuguese language users. To achieve such a goal, the study was oriented by the principles of the Educational Sociolinguistics having in mind that language varies and is influenced by internal and external factors, and always considering categories as the informant, his social class, the geographic space, the communication situation, the degree of formality, and speech or writing. Questionnaires were applied, linguistic perceptions evaluated and the students' answers correlated to those of their responsables, having in mind the informant's origin (the country or the urban area) and the relation between the responsables' perceptions and those of the students/sons about the language. Research led to the conclusion that the responsables' (parents and family) beliefs influence directly the students'/sons' perceptions about their everyday language. Based on the above assumptions, the study suggests a proposal of pedagogic intervention meant for the better teaching of Portuguese.

Keywords: Portuguese language. Linguistic variation. Beliefs and attitudes. Teaching.

Introdução

Trabalhos sob diferentes perspectivas linguísticas têm apontado a importância de se repensar o processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa em sala de aula, sobretudo, a partir das reorientações apontadas, especialmente, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998). Dentre os diversos aspectos oriundos dessa discussão, a variação linguística representa campo fértil para análises e contribuições, não só pela importância de se adequar a língua a cada situação de comunicação, o que, conseqüentemente, sugere um ensino plural dos usos linguísticos, mas, sobretudo, pela necessidade de se compreender, sistematicamente, a gama de variedades que constitui o que se denomina ‘português brasileiro’, e, aí, os fatores que nela exercem influência ou que dela resultam.

Um dos pontos que merecem atenção são as crenças e as atitudes sobre as diferentes variedades linguísticas. Se, por um lado, por questões históricas, políticas, culturais e ideológicas, uma das variedades foi considerada a padrão, porquanto ‘a melhor’ e ‘correta’, sobrepujando as demais e relegando-as ao ostracismo, ao sentencismo do ‘erro’, da ‘ignorância’, da ‘corruptela’ da língua, e, em decorrência disso, vitimando os próprios falantes, discriminando-os linguisticamente e excluindo-os socialmente, faz-se oportuno, por outro lado, detectar as percepções dos falantes sobre a variedade da língua portuguesa que usam, e verificar se mitos e preconceitos são imagens recorrentes.

Com base nessas assertivas, objetivamos, neste artigo, discutir como alunos do Ensino Fundamental II de uma escola pública em Minas Gerais e seus responsáveis se percebem como usuários da língua portuguesa. Para tanto, orientamo-nos pelos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Educacional (Bortoni-Ricardo, 2005 – Faraco, 2008), no entendimento de que a língua varia por influência de fatores internos e externos, tomando-se como categorias de análise o informante, a classe social, o espaço geográfico, a situação de comunicação, o grau de formalidade, a modalidade oral ou a escrita. A partir disso, focalizamos um dos campos da Sociolinguística, o das crenças e atitudes.

Com base no exposto, desenvolvemos a pesquisa *Variação linguística e ensino de língua portuguesa: crenças e atitudes*, em 2014, em duas turmas do Ensino Fundamental da Escola Municipal José Maria dos Mares Guia, em Barão de Cocais – Minas Gerais. Dentre os procedimentos

metodológicos da investigação foram aplicados questionários a 42 alunos e 42 responsáveis por eles, com o objetivo de se verificarem os dados socioeconômicos dos participantes, as práticas de letramento em que se envolviam, a relação entre escola e família e as imagens dos informantes sobre a língua portuguesa.

Na fase de levantamento de dados da pesquisa, observamos que 40,5% dos 42 alunos apresentavam imagem negativa sobre a língua, enquanto que, para os 42 responsáveis, essa imagem correspondeu a 47,6% dos entrevistados. Esses dados nos permitiram deduzir que aquela imagem negativa era recorrente e originada da cultura do 'erro', sobremaneira, em relação à fala, visto que o próprio informante não se reconhecia como falante competente da língua com a qual se comunicava diariamente.

Diante desses resultados, o foco da pesquisa foi delineado e seus objetivos foram definidos: verificar se havia, ou não, essa percepção negativa sobre a língua e, após a confirmação, elaborar e desenvolver proposta de ensino abordando a variação linguística e esclarecendo as crenças, as atitudes e o preconceito linguístico. Mas não se procedeu, naquele momento, a uma correlação abrangente entre as percepções dos responsáveis e a dos alunos, pois o objetivo era atuar no contexto da sala de aula, focalizando mais as visões dos alunos.

Devido à importância dos dados e a necessidade de se localizarem mais precisamente essas imagens, procuramos, neste trabalho, correlacionar as respostas dos alunos com as dos seus responsáveis, analisando criteriosamente as categorias mencionadas anteriormente, a saber: a) a origem do informante, se do campo ou do ambiente urbano; b) a relação entre as percepções do responsável e a do aluno/filho; c) a relação entre as percepções do responsável, sobre o uso que o aluno/filho faz da língua e aquela que, conseqüentemente, o aluno/filho terá sobre a língua que usa.

São esses os dados que apresentamos no estudo, que assim se estrutura: primeiramente, discorreremos os pressupostos teóricos que embasaram nossas reflexões; em seguida, descreveremos os procedimentos da coleta de dados e procedemos à sua análise. Finalmente, tecemos nossas considerações finais e detalhamos as referências que nortearam o trabalho.

A Sociolinguística Educacional e o Preconceito Linguístico

A Sociolinguística representa importante ramo dos Estudos Linguísticos, por buscar esclarecer as relações entre língua e sociedade. Pesquisas sob essa ótica e natureza procuram

correlacionar os usos linguísticos a determinados fatores sociais (nível socioeconômico e de escolarização, sexo, faixa etária, espaço geográfico etc.), por compreenderem que o contexto social e os usos da língua, mesmo sendo aspectos distintos, estão correlacionados, pois as regras variáveis (ou seja, modos diferenciados de se dizer *aproximadamente* a mesma coisa) podem estar vinculadas a fatos linguísticos, como o contexto (na palavra, na frase, no texto) em que ocorrem, ou com fatos extralinguísticos, como o estrato social, a faixa etária do falante e, ainda, aspectos da interação, como o grau de (in)formalidade e o de monitoração (FARACO, 1998; BORTONI-RICARDO, 2014).

Dentre os diversos trabalhos oriundos dessa perspectiva, surgiu, no Brasil, a Sociolinguística Educacional, inaugurada por Stella Maris Bortoni. Esse ramo de estudo se debruça sobre a variação linguística e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa, especialmente no Ensino Fundamental, objetivando a melhoria da qualidade da educação linguística (BORTONI-RICARDO, 1999).

Assim, a Sociolinguística Educacional procura contribuir para que as questões sobre a variação linguística alcancem a sala de aula, e sejam orientadas por um trabalho de reflexão, identificação, conscientização, respeito e aceitação das diferenças nos usos linguísticos (SOARES, 2014).

Segundo Bagno (2002), é interessante um trabalho que estimule o conhecimento das variedades sociolinguísticas, de modo que a escola não focalize apenas as variedades de maior prestígio social, mas se transforme em um ambiente de pesquisa sobre a língua em suas diferentes formas e usos. Sobre essa questão, Bortoni-Ricardo (2005) recomenda a observação de seis princípios para a aplicação, na escola, das orientações da Sociolinguística:

1. a influência da escola não deve ser procurada em estilos coloquiais e espontâneos dos falantes, mas em seus estilos mais monitorados;
2. a escola deve ocupar-se principalmente das regras variáveis que recebem avaliação negativa na sociedade, enfatizando as mais salientes;
3. o estudo da variação sociolinguística no Brasil, por não estar essa variação associada basicamente à etnicidade, exceto nas comunidades indígenas bilíngues, não tem o potencial de conflito interétnico que assume em outras sociedades. Conduzido com sensibilidade e respeito esse estudo pode ser muito positivo;
4. os estilos monitorados da língua devem ser reservados à realização de eventos de letramento em sala de aula. Eventos de oralidade podem ser conduzidos em estilos mais casuais;
5. a descrição da variação linguística da Sociolinguística Educacional não deve ser dissociada da análise etnográfica de sala de aula, que permite avaliar o significado que a variação assume para os atores naquele domínio, particularmente a postura do professor diante de regras não padrão da língua;

6. é importante que professores e alunos tenham conscientização crítica de que a variação linguística reflete desigualdades sociais. Essa reflexão vai promover o empoderamento do professor. (BORTONI-RICARDO (2005, p. 130-133; 2014, p. 160-161).

A partir de uma análise focalizada no item 5, percebemos a importância de, na sala de aula, discutirem-se os significados, as percepções e as imagens construídos sobre a língua e sua variação, sobretudo em relação aos usos diferentes daquele considerado o padrão. Desta maneira, é interessante proceder a uma análise da etnografia do contexto escolar, foco da pesquisa que ora empreendemos, especialmente no que tange às atitudes em relação à língua.

Como uma das questões fundadoras da Sociolinguística, o estudo das avaliações, atitudes e crenças tem se tornado foco de interesse de diversas pesquisas que enfatizam a importância de se compreenderem os fatores intervenientes no aparecimento de preconceitos e percepções negativas sobre as variedades e seus falantes. Pois, de acordo com Silva e Botassini (2015), estudar, em sala de aula, as crenças e as atitudes contribui para se compreender a variação linguística e, então, promover um processo de ensino e aprendizagem que se oriente por uma perspectiva da diversidade linguística.

Bagno (2002) assinala que uma das tarefas do ensino da língua é abordar, na escola, os valores sociais atribuídos a cada variedade, enfatizando a discriminação que recai sobre determinados usos, de forma a fazer com que o aluno conscientize-se de que sua produção linguística, oral ou escrita, sempre estará sujeita a uma avaliação social, que tanto pode ser positiva quanto negativa. Se a variação pressupõe avaliação, é fundamental que a avaliação linguística constitua-se em tópico do currículo escolar, pois, conforme Cyranka et. al. (2010), essas avaliações desencadeiam, no falante julgamentos sobre a língua e sobre o interlocutor, gerando atitudes linguísticas.

Cabe, assim, compreender que as crenças são modos de conceber a realidade, sendo (re)construídas e (re)significadas socialmente, embora também se processem no plano individual. Para Barcelos (2007), elas constituem maneiras de conceber a realidade co-construída em nossas experiências, em um processo de (re)interpretação constante.

Portanto, as crenças caracterizaram-se por serem: a) dinâmicas, pois podem mudar no tempo e dentro de uma mesma situação; b) social e historicamente construídas e situadas contextualmente, podendo ser desenvolvidas, modificadas ou ressignificadas na medida em que interagimos; c) experienciais, porquanto oriundas das construções e reconstruções de nossas experiências; d) mediadas, uma vez que usadas para regular as aprendizagens e a solução de problemas; e e) paradoxais e contraditórias, uma vez que, embora sociais, são também individuais e únicas, assim como podem ser uniformes ou diversas.

É necessário compreender que as crenças envolvem “emoções, sentimentos, percepções, avaliações subjetivas, estados de espírito, lembranças de experiências pessoais, pressuposições sobre a existência de entidades e mundos alternativos” (FÉLIX, 1998, p. 33). Isso significa que os falantes tanto podem ter reações afetivas e sentimentos positivos em relação à língua e suas variedades quanto desenvolver um conjunto de preconceitos e percepções negativas (BORTONI-RICARDO, 2014). Calvet (2002) acrescenta que dois tipos de comportamento do falante em relação à língua podem ocorrer: a) o modo como ele mesmo usa a língua; e b) a maneira de falar de outra pessoa. No primeiro caso, poderá se valorizar a expressão linguística ou modificá-la, conforme uma variedade que detém maior prestígio; no outro, poderão ocorrer reações (negativas, preconceito) à maneira como as pessoas usam a língua.

Em decorrência de percepções e crenças negativas sobre a língua, temos o surgimento e a disseminação de uma série de mitos, conforme Bagno (2013): 1º – ‘O Português do Brasil apresenta uma unidade surpreendente’; 2º – ‘Brasileiro não sabe português/Só em Portugal se fala bem português’; 3º – ‘Português é muito difícil’; 4º – ‘As pessoas sem instrução falam tudo errado’; 5º – ‘O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão’; 6º – ‘O certo é falar assim, porque se escreve assim’; 7º – ‘É preciso saber gramática para falar e escrever bem’; 8º – ‘O domínio da norma-padrão é um instrumento de ascensão social’.

Consequentemente, a estigmatização torna-se um grave problema social, pois os falantes passam a sofrer uma série de preconceitos e injúrias que redundam não só em discriminação linguística, mas, sobretudo, em exclusão social, vez que o que, equivocadamente, considera-se ‘erro linguístico’ acaba sendo tomado como ‘erro humano’: “alguém *fala* errado porque *pensa* errado, porque *age* errado, porque *é* errado” (BAGNO, 2003, p. 149 – grifos do autor).

Assim, para o referido autor, é importante deixarmos claro que todas as variedades de uma língua cumprem adequadamente as funções sociocomunicativas a que se prestam, nas mais diversas situações de interação, e que, por isso, o conceito de ‘erro’ que toma por base uma avaliação negativa não se assenta em fundamentos linguísticos, mas se norteia por valores atribuídos ao falante, à sua condição financeira, ao seu nível de escolaridade, à sua origem, enfim, se orienta por critérios de natureza socioeconômica e cultural. Por isso, dizemos que esse tipo de avaliação enfoca o sujeito, o que ele é, ou parece ser, e não as normas linguísticas. Portanto, Botassini (2012) salienta que se essas avaliações e crenças podem ser encobertas ou manifestas, mais ou menos conscientes, subjetivas ou não se torna importante refletir sobre como influenciam, direta ou indiretamente, positiva ou negativamente, o processo de ensino e aprendizagem da língua.

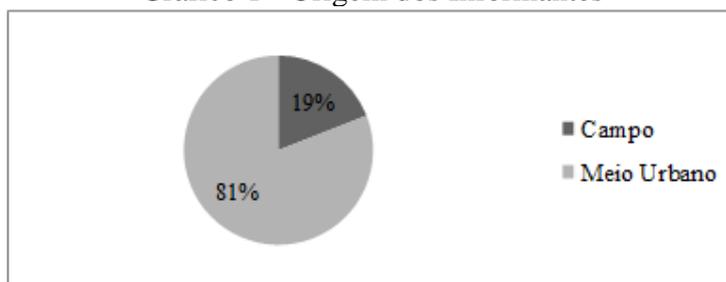
Nossa intenção foi, assim, detectar se esses mitos ou essas percepções negativas e equivocadas sobre a língua se refletiram nas imagens que os falantes tinham da própria variedade da língua que usam, tópico esse que analisamos, a seguir.

Coleta e análise de dados

A pesquisa se desenvolveu, como mencionado anteriormente, em 2014, em duas turmas do Ensino Fundamental da Escola Municipal José Maria dos Mares Guia, em Barão de Cocais – MG. Participaram dessa etapa inicial 84 informantes: 23 alunos do 6º Ano 1 e 19 do 8º Ano 2 e seus respectivos responsáveis, na relação de 1 aluno para 1 responsável, ou seja, 42 alunos e 42 responsáveis. O ‘Questionário N° 1 – Perfil de Aluno’ continha 45 questões e o ‘Questionário N° 2 – Responsável por Aluno(a)’ era composto por 37 questões. Nesses questionários, 2 questões eram referentes a imagens sobre a língua.

No tocante à origem dos 84 informantes, levantamos os seguintes dados:

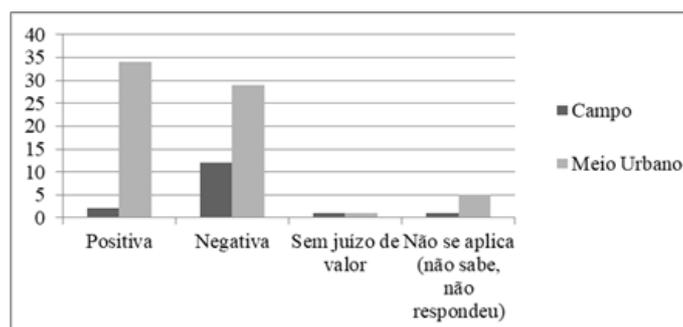
Gráfico 1 - Origem dos Informantes



Fonte: Pesquisa dos autores.

Esse levantamento objetivou, tomando como base a origem dos informantes, isto é, o ambiente urbano, a zona periférica da cidade e o campo, verificar se haveria semelhança ou diferença entre as percepções sobre a língua. Vale esclarecer que a maioria de nossos informantes vive no ambiente urbano. Nessa trilha, em relação à percepção do modo como os informantes usam a língua portuguesa, os dados obtidos foram:

Gráfico 2 - Relação entre percepção sobre a língua e a origem dos informantes



Fonte: Pesquisa dos autores.

Podemos deduzir, com base nos dados do Gráfico 2, que, enquanto a maioria dos informantes de origem do campo tem percepção negativa sobre o modo como usa a língua portuguesa, grande parte dos que residem no ambiente urbano já possui uma imagem positiva, embora sejam também consideráveis os casos de percepção negativa. São exemplos dessa percepção negativa:

Quadro 1 - Imagens sobre o modo como usa a língua¹⁵

Origem do Informante	Imagem Positiva	Imagem Negativa
Campo	“Bom, porque eu sei viver bem” (8A18)	“Mais ou menos, erro muito as palavras” (6R10)
Meio urbano	“Certo. Porque eu não falo errado” (6A1)	“Muito ruim” (6R11)

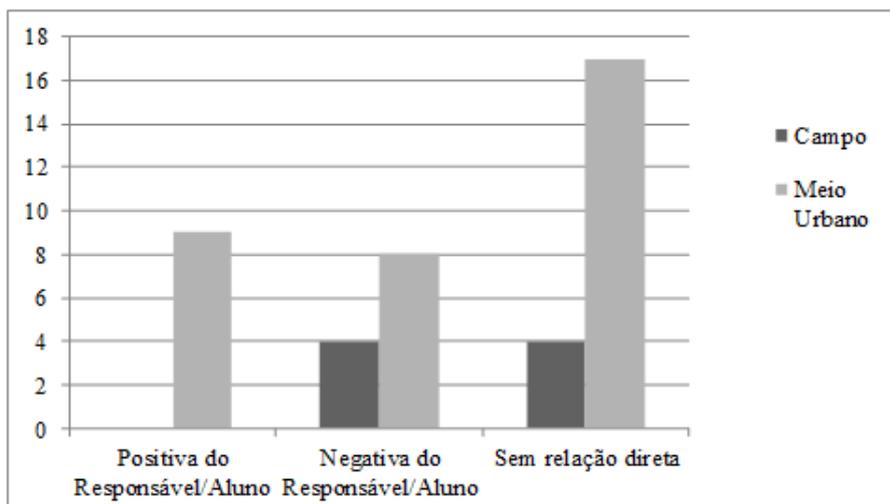
Fonte: Pesquisa dos autores.

Com o objetivo de refinar esses dados, procuramos ainda estabelecer: a) a relação entre as percepções do responsável e a do aluno; b) a influência da percepção do responsável sobre o modo como o aluno usa a língua, e a forma como o próprio aluno se percebe como falante da língua.

Assim, para o primeiro caso, obtivemos os seguintes dados:

Gráfico 3 - Relação entre percepção do responsável e percepção do aluno

¹⁵ Os informantes são identificados por meio de códigos (em que A indica aluno e R responsável), de forma a resguardar a sua identidade. As transcrições seguem o registro original.



Fonte: Pesquisa dos autores.

Podemos inferir, pelas relações diretas, quando responsável e aluno têm as mesmas percepções sobre o modo como usam a língua, que: a) tanto no grupo do campo quanto no do ambiente urbano, as imagens negativas sobre a língua que usam são mais recorrentes; b) no grupo do campo, não houve caso algum de imagem positiva entre responsáveis e alunos, ou seja, nem o aluno, nem seu responsável tiveram imagem positiva sobre a língua. É o que apontam os dados, a seguir.

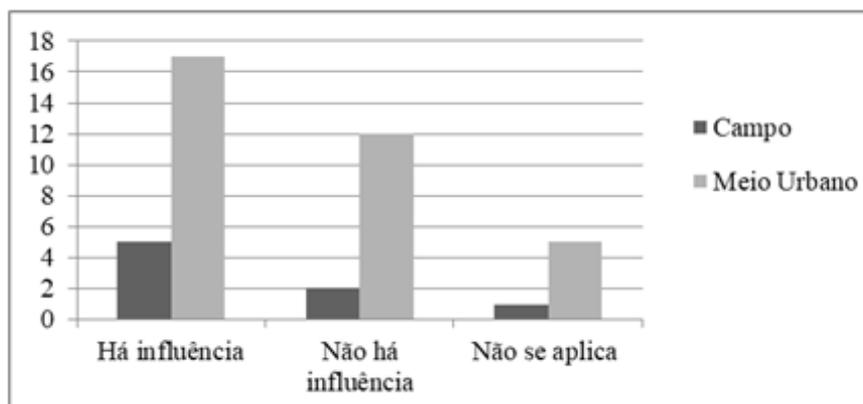
Quadro 2 - Percepções dos responsáveis e dos alunos sobre o uso da LP

Origem do Informante	Imagem Positiva		Imagem Negativa	
	Responsável sobre si	Aluno sobre si	Responsável sobre si	Aluno sobre si
Campo	—	—	“Pelo baixo estudo, acho que comunico mal.” (8R5)	“Não gosto” (8A5)
Meio Urbano	“M[uito] bom” (8R6)	“Bom e quero aprender mais” (8A6)	“Ruim” (6R7)	“eu sou igual aos meus pais; às vezes falo errado; eu é porque falo errado mesmo, eu puche a minha família eles também fala errado” (6A7)

Fonte: Pesquisa dos autores.

Procurando perceber, então, se a imagem, positiva ou negativa, que os responsáveis têm sobre o modo como o aluno usa a língua influenciaria, positiva ou negativamente, a própria percepção do aluno sobre o seu modo se usar a língua, obtivemos os seguintes dados:

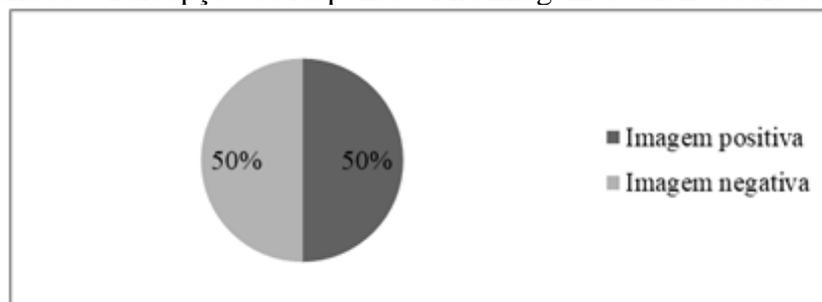
Gráfico 4 - Influência das imagens do responsável sobre o modo como o aluno percebe a língua que usa



Fonte: Pesquisa dos autores.

Percebemos, analisando os dados dispostos no gráfico anterior, que a maioria dos casos, tanto para o grupo do campo quanto para o do ambiente urbano, permitiu estabelecer uma influência direta na percepção do responsável sobre o modo como o aluno usa a língua, em relação à própria percepção do aluno acerca da língua que usa, ou seja, a crença do responsável influencia a crença do aluno. Tornou-se necessário, para esses casos de influência direta, detectar se essa influência acarretaria uma percepção positiva ou negativa sobre a língua usada. Levantamos os seguintes dados:

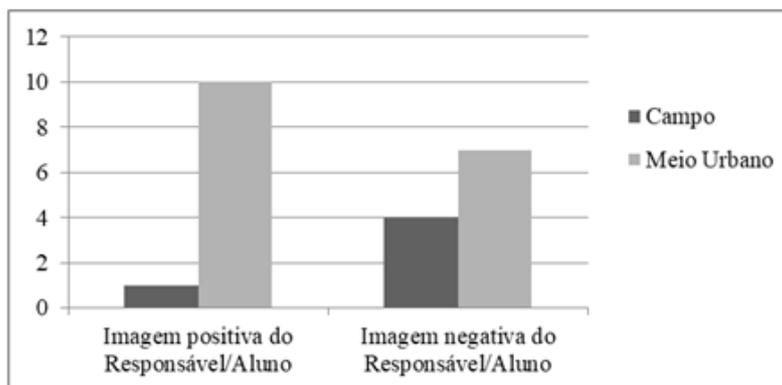
Gráfico 5 - Percepção do responsável na imagem do aluno sobre a língua



Fonte: Pesquisa dos autores.

Pelos dados levantados, podemos perceber que, na relação direta de influência da percepção do responsável sobre a percepção dos alunos a respeito da própria língua que usam, a distribuição de imagens positivas e negativas não apresentou diferença, 50% para cada. No entanto, tornou-se necessário saber se essa distribuição também era igual, quando baseada na origem dos informantes, cujos dados obtidos foram:

Gráfico 6 - Percepção do responsável na imagem do aluno sobre a língua, conforme a origem dos informantes



Fonte: Pesquisa dos autores.

Podemos observar, nos dados dispostos no Gráfico 6, que, no grupo do meio urbano, há maior índice de relação direta de imagem positiva sobre a língua (o responsável tem uma imagem positiva que resultará nessa mesma imagem pelos alunos/filhos), ao passo que, no grupo do campo, já prevalece uma relação direta de imagem negativa (essa imagem que os pais têm sobre a língua influencia a percepção negativa dos filhos sobre a língua). São exemplos dessa relação direta entre imagens sobre a língua que o aluno usa:

Quadro 3 - Relação direta entre imagens sobre a língua que o aluno usa

Origem do Informante	Imagem Positiva		Imagem Negativa	
	Responsável sobre o aluno	Aluno sobre si	Responsável sobre o aluno	Aluno sobre si
Campo	“Bom muito bom” (8R18)	“Bom, porque eu sei viver bem” (8A18)	“Meio assim, meio errado” (8R7)	“ruim” (8A7)
Meio Urbano	“Eu acho que ele usa bem. (8R16)	“Acho manero” (8A16)	“Tem hora que ela fala muita coisa errada ainda.” (6R14)	“mais ou menos, porque eu escrevo muito errado” (informante 6A14)

Fonte: Pesquisa dos autores.

Outro exemplo interessante sobre as imagens diz respeito aos informantes 8A13 e 8R13: o aluno 8A13 afirma, acerca do uso que faz da língua, “que a usa muito mau, falo muito coisa errada”, imagem reforçada pelo que ele alega ser a atitude do responsável com relação ao modo como o filho usa a língua (“ajente fala errado ele corrige”), visão que será ratificada pela imagem que o responsável tem do modo como o aluno usa a língua (“Bom, mas precisa aprender mais. Porque ainda costuma falar algumas palavras incorretas” – 8R13).

Em síntese, de acordo com todos os dados e exemplos levantados, podemos inferir: a) no grupo do campo, prevalece uma imagem não positiva sobre a língua usada. Assim, os responsáveis consideram inadequada a língua que o aluno fala ou escreve, o que, conseqüentemente, vai resultar, também, em uma visão negativa do aluno sobre o modo como ele próprio usa sua língua; b) no grupo do ambiente urbano, prevalece uma classificação positiva dos responsáveis sobre o modo como os alunos usam a língua, o que, conseqüentemente, fará com que os alunos tenham essa imagem positiva sobre os usos que fazem da sua língua.

Considerações Finais

Promover a abordagem da variação linguística em sala de aula é essencial para a adequação da linguagem aos diferentes contextos sociocomunicativos. Mais do que isso, é fundamental para se disseminarem imagens positivas sobre a competência linguística dos falantes, uma vez que, por diversos motivos, ainda estão presentes, no ambiente escolar, percepções negativas sobre determinadas formas e certos usos, em especial o das variedades rurais, o que pode resultar em crenças e preconceitos contra o próprio falante.

Com base nessas assertivas desenvolvemos este estudo, procurando analisar as crenças e os preconceitos de alunos, e dos responsáveis por eles, sobre a variedade de língua que usam. Observamos que as imagens que os responsáveis/pais/família têm influenciam diretamente as percepções dos alunos/filhos, em relação à própria língua, considerando a origem do informante, isto é, o ambiente urbano ou o contexto do campo.

Os dados obtidos nos indicaram que, por um lado, no grupo do campo, prevalece uma visão inadequada sobre a língua, isto é, os responsáveis julgam negativamente o modo como o aluno usa a língua, o que, conseqüentemente, vai fazer com que o aluno se sinta um usuário incompetente da língua; por outro lado, no ambiente urbano, sobressai uma percepção positiva sobre a língua, ou seja, como o responsável percebe positivamente a língua que usa, em decorrência, o aluno terá essa mesma imagem adequada sobre a língua.

Esses resultados apontaram que se torna necessária uma educação linguística que promova a mudança das concepções sobre a língua portuguesa e suas variedades, um ensino que estimule a abordagem dos variados gêneros discursivos, que conscientize sobre a importância da variação e que leve o aluno a reconhecer as instâncias adequadas para uso de uma ou de outra variedade da língua.



